

A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO: DEFINIÇÕES DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E SUA INCORPORAÇÃO À POLÍTICA NACIONAL

*Maria Geane Bezerra da Silva*¹

*Jan Bitoun*²

Resumo

Neste artigo procura-se focar a dimensão espacial do desenvolvimento apresentando algumas das definições de aglomerações produtivas chamando atenção para a ausência da consideração do espaço “banal” nessas teorias. Aponta-se como saída estudar o circuito inferior da economia como forma de equilibrar o conhecimento sobre a realidade sócio-espacial. Na verdade, trata-se de uma comunicação das primeiras notas teóricas colhidas para subsidiar a análise do mapeamento da pequena produção artesanal do sítio histórico de Olinda. O modelo dos arranjos produtivos locais foi a base teórica com o qual fomos a campo e que esteve subjacente à tabulação e análise dos dados.

Palavras-chave: desenvolvimento, arranjos produtivos locais, espaço “banal”, circuito inferior, pequena produção artesanal.

Abstract

This article tries to focus the space dimension of the development presenting some of the definitions of productive agglomerations getting attention for the absence of the consideration of the "banal" space in those theories. It is pointed as exit studies of the inferior circuit of the economy as form of balancing the knowledge about the socio-spatial reality. Actually, the subject is a communication of the first theoretical notes picked to subsidize the analysis of the mapping of the small craft production of the historical site of Olinda. The model of the local

¹ Doutoranda em Geografia pela UFPE.

² Professor adjunto de Geografia da UFPE.

productive arrangements was the theoretical base with which we went to field and that was underlying to the tabulation and analysis of the data.

Keywords: development, local productive arrangements, "banal" space, lower system, small craft production.

Introdução

Preocupado com a teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, em sua obra "O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos Econômicos dos Países Subdesenvolvidos", Milton Santos apóia-se em Pinto e Sunkel (1966, p. 86, apud Santos, 2004), para dizer que "a teoria econômica nos países subdesenvolvidos deve ser substancialmente reformulada". Em seguida, tomando para si a responsabilidade concernente à dimensão espacial, declara que "a teoria espacial propriamente dita deve ser decididamente retomada pela base".

Atualmente, apesar da revalorização da dimensão espacial "como talvez nunca tenha ocorrido nas ciências sociais..." (BRANDÃO, 2003), o problema da visão descontínua do espaço, relacionada à consideração do espaço banal na teoria do desenvolvimento econômico, tanto pela teoria econômica como pela teoria espacial, apontado por Santos, ainda persiste. Mesmo quando se exagera na valorização do local se esquece de incluir todos os setores da sociedade e todos os espaços na discussão do desenvolvimento.

Essa revalorização da dimensão espacial muitas vezes está relacionada com temas clássicos como os determinantes da localização e da concentração geográficas; os fenômenos aglomerativos; a importância da proximidade e das especializações produtivas, dentre outros. Contudo, algumas teorias, talvez por serem já consagradas, são apresentadas de maneira apressada e simplificada, deixando, às vezes, um grande fosso onde deveria ser buscada a relação. Pensamos que abordar teorias em bloco, sem estabelecer as devidas conexões entre os contextos pode prejudicar a reflexão e a escolha adequada às situações reais que, de resto, são muito diversificadas.

No bojo das revisões teóricas e das aplicações bem pragmáticas dessas teorias, enaltece-se, algumas vezes, a escala local como a mais adequada à promoção do desenvolvimento, considerando as sinergias resultantes da

proximidade espacial como vantagens competitivas capazes de criar o desenvolvimento. Mas a escala local às vezes é interpretada como voluntarista por exagerar na confiança da capacidade endógena e deixar de considerar, como assinala Brandão, que “os microprocessos, as microdecisões dos atores empreendedores, não podem solapar os macroprocessos e as macrodecisões”.

Parece que a escala local emerge atualmente como uma resistência que não delibera em se isolar, mas em buscar alternativas e fortalecimento para enfrentar o autoritarismo e a perversidade dos “macroprocessos e das “macrodecisões”. Além do mais se pensarmos não apenas nas relações econômicas, mas também nas relações políticas, culturais, espaciais etc., que, independentemente de planos, de gestão ou de monitoramento, acontecem, vemos que as escalas se interpenetram e que o problema do desenvolvimento não se resume a uma questão de escala, mas a uma série de questões das quais se destacam as relações de poder.

Mesmo, no que se refere às modernizações tecnológicas, elas só contribuem para a pobreza quando diferenciam espaços e distinguem populações, deixando lugares e pessoas a depender, portanto, de escolhas “políticas”. De resto, sabe-se que a compulsão pelo lucro envolve a propriedade do retorno para si e um mínimo de retorno para o outro. Neste caso, será que se pode falar em emprego como solução? Não seria mais abrangente falar na promoção de condições mínimas para que o homem ou a mulher produza o seu próprio trabalho? E pensar, de acordo com Milton Santos, que quando se fala em emprego se está imediatamente excluindo os pobres?

De outra maneira, não podemos nos restringir à idéia de que a técnica acaba com as possibilidades de emprego quando ela apenas suprime determinado tipo de emprego. Isto sim. De resto não existe uma só técnica, apesar da grande difusão ideológica de uma homogeneização. A verdade é que o surgimento de um novo paradigma tecnológico não suprime todo o resto. É muito difícil controlar tudo, principalmente uma coisa viva chamada sociedade, seus saberes e fazeres, suas entradas e saídas no sistema e assim por diante. De outra feita, diferente da economia da inovação é a lógica da renovação dos modos de vida residuais e a descoberta de sistemas técnicos adequados ao conteúdo das compartimentações territoriais ao invés de considerar nos estudos apenas algumas porções do espaço, por certo as mais lucrativas dentro da lógica

da acumulação do capital. As teorias econômico-espaciais estão preocupadas com o crescimento baseado na inovação tecnológica, desde o distrito industrial marshalliano, passando pelo ciclo virtuoso de Schumpeter ... mas sem considerar o espaço banal, “espaço de todos”. O modelo do distrito industrial marshalliano teria o mérito de estimular solidariedade entre os membros, com foco na política espacial ajustada ao novo padrão de acumulação flexível. Até considera o entorno, se referindo aos aspectos ligados à política de eficiência da empresa, mas não considera o espaço banal. Já no ciclo virtuoso de Schumpeter no qual a inovação está ligada à taxa de lucro e, quando ela diminui, entra a inovação, o problema é que a inovação do tipo econômico só chega a alguns lugares. Então, como fazer um paralelo entre a economia da inovação e os modos de vida tradicionais se renovando?

Para elucidar essas questões, impõe-se, a construção de uma metodologia que atenda ao propósito de interpretar o tema desenvolvimento de forma alternativa. Aqui apresentamos, em primeira mão, alguns debates sobre o retorno das antigas teorias que estão na base constitucional da economia espacial e que tanto no seio do velho como do novo *mainstream* deixaram de considerar a noção de espaço banal. Este lapso pode ser fatal porque bloqueia as possibilidades abertas à compreensão daquilo que efetivamente existe como totalidade e pode vir à tona quando considerado. Este *vir a ser*, muitas vezes ocultado pela imperícia do pesquisador e do estudioso desatentos, pode se constituir, sem exagero, num crime de lesa-sociedade.

Há diversas pistas a seguir para explicar esse lapso: Um deles refere-se ao fato da academia ter dado muita importância às teorias do desenvolvimento dos países desenvolvidos com pouco enfoque nos problemas do subdesenvolvimento. Como é a academia quem forma o pesquisador, o planejador e o teórico, essa deficiência vai ser sentida na pesquisa, no planejamento e na teoria.

Para ser adequada, a teoria depende de pesquisas empíricas conseqüentes, que dêem conta da realidade não só como ela se apresenta, mas como poderia se apresentar. A realidade não pode ser enquadrada numa visão estática. É Boaventura de Souza Santos quem nos diz que

A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de

possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. (Santos, 2000, p. 23, apud Santos 2002).

Aqui podemos fazer uma conexão entre o pensamento de Boaventura de Souza Santos e o de Milton Santos quando este afirma que,

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior da economia como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos.

É nesse sentido que pretendemos, parodiando Santos (2004), caminhar: reclamando uma parte na organização do espaço e cavando possibilidades de entrar em concorrência com o circuito superior. Para nos capacitarmos vamos continuar debatendo e prescrutando as definições.

Aglomerações de Empresas e APLs - Modelos Consagrados

A política dos distritos industriais foi disseminada no mundo todo a partir de Alfred Marshall e sua preocupação com a eficiência da pequena empresa. Atualmente, nesses centros, a atuação de grandes empresas é preponderante. Porém, dado que o capital se reproduz num ambiente concorrencial, portanto, de desequilíbrio, isto nos leva a crer na não existência de grandes sinergias entre elas. Mas, em se tratando da tese do desenvolvimento endógeno, alguns estudiosos asseguram que os condicionantes macro-estruturais não são considerados tendo em vista que o objetivo é consolidar a escala local como a mais aderente ao padrão de acumulação flexível. Esta teoria teria o mérito de estimular solidariedade entre os membros, com foco na política espacial ajustada ao novo padrão de acumulação flexível.

Nos anos 1980 e 1990 emerge um outro conceito baseado principalmente nas experiências exitosas da Terceira Itália e do Vale do Silício californiano – os *arranjos produtivos locais* – APLs.³ O que caracteriza o sucesso da política industrial relacionada a esse conceito é a sua aceitação no meio neoliberal, o que representa uma exceção à posição teórica e crítica sustentada em relação à política econômica. Mas não é só isso. Outro argumento para o sucesso dos distritos italianos é a sua utilidade, tendo em vista que são formados por setores com pequenos obstáculos às entradas, com largas possibilidades de replicação em países subdesenvolvidos. Uma outra característica, talvez a mais importante, é a relevância da cooperação nesses distritos. A cooperação praticada nos distritos italianos apresenta a seguinte distinção: “não é uma consequência natural da estrutura técnico-competitiva típica do setor, pois se assenta sobre empresas que são ou poderiam ser concorrentes”. (Santos, Diniz, Barbosa, 2004)⁴. O que é marcante nos APLs é que eles

[...] “desafiam os princípios que indicam a localização ótima a partir dos menores custos de transporte, de mão-de obra e fiscais. A única explicação para isso é que existam importantes vantagens competitivas que as empresas podem acessar por estarem localizadas em tal aglomeração que não são nem custos de transporte, de mão-de-obra ou fiscais”.(Ibidem, p. 23).

Então, quais seriam essas vantagens? Poderíamos dizer que estão associadas em primeiro lugar, conforme Cunha, 2002, apud Santos, Diniz, Barbosa, 2004, ao conceito de economias ativas resultantes do acúmulo e intercâmbio de conhecimento tácito em dada localidade. Já segundo Lundvall, 1988 (op. cit.), o APL apresenta a “vantagem” de formar um “milieu social” onde convivem trabalhadores e empresários em torno de empresas monuprodutoras ou de uma cadeia produtiva. A questão local obviamente tem importância dado que é no local que essas relações afloram e se sedimentam. Em termos de vantagens passivas estão aquelas decorrentes “da oferta de serviços técnicos e de insumos

³ Nessas localidades recebem outras denominações.

⁴ Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. Versão Preliminar. BNDS, 2004.

para uma rede de empresas, associada à provisão de infra-estrutura e a disponibilidade de pessoal especializado”. Tudo isto com baixos custos para as empresas componentes do arranjo. “Já as reduções de custos de transação, vitais para a aquisição de vantagens ativas, seriam possíveis graças ao prévio conhecimento mútuo dos agentes [...]” (LUNDVALL, apud Santos, Diniz e Barbosa, p.24). Acrescenta, ainda, que eles partilham códigos e estão sujeitos às mesmas instituições e, no caso das aglomerações de empresas que operam com tecnologia tradicional, quando há acordo em prol de uma ação conjunta pode haver aprendizado coletivo e a dinamização desse aprendizado.

Arranjos Produtivos Locais e a Política Nacional para APLs

A definição de APLs, no âmbito da política nacional, contempla algumas variáveis em sua composição. Essas variáveis são “determinantes” para o seu reconhecimento e podem ser enumeradas como: 1. “*Concentração setorial de empreendimentos no território*”, entende-se concentração pela “quantidade de empreendimentos, predominantemente de micro, pequeno e médio porte, que seja relevante para o contexto econômico local ou regional”; 2. “Concentração de indivíduos ocupados em atividades relacionadas com o setor de referência de APL”; 3. “Cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade” e 4. “Existência de mecanismos de governança”.

Como a nova política para APL é considerada diferente de outras políticas de apoio a micro e pequenas empresas são apontadas as justificativas para essa opção estratégica. Uma delas refere-se ao seu direcionamento a “grupos de empresas e não a empresas individualizadas”. (Termo de Referência, p.8). Nesse caso, o tamanho da empresa passa a significar muito pouco já que se supõe que o potencial competitivo se dá a partir de ganhos advindos da cooperação inter-firmas e não de ganhos de escala individuais.

Desse modo, o capital social gerado a partir da cooperação entre atores juntamente com o enraizamento de capacidades produtivas e inovativas fundariam as vantagens competitivas locais como motor do crescimento econômico.

Elementos Estruturantes Comuns aos APLS

Até aqui observamos que, quando se fala em APL, à literatura dominante só trata de micro, pequenas e médias empresas industriais. Contudo, entendemos que a pequena produção artesanal do sítio histórico de Olinda pode ser incluída no rol das micro-empresas, não somente como um ponto a mais na cadeia produtiva; que ela exerce uma centralidade a partir da qual se pode organizar arranjos; e, finalmente, que ela pode construir economias externas visando compensar a falta de economias internas, por meio da interação e da cooperação entre unidades produtivas e instituições de apoio, ainda mais considerando-se que a atividade artesanal se confunde com a própria identidade cultural de Olinda.

De acordo com Jair do Amaral Filho⁵ os elementos estruturantes comuns a todos os casos exitosos de arranjos coletivos são: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado e articulação política institucional. Esses elementos aparecem articulados em todos os casos. Ele define o capital social como acúmulo de compromissos sociais existentes em dada localidade, sendo necessário investigar até que ponto foi construída a confiança, ou mesmo, normas e cadeias sociais, chamando atenção para o seu caráter intangível e para sua compreensão como um bem público. Para que exista capital social é imprescindível que haja confiança por que dela depende a cooperação, a formação das redes, as associações e os consócios, entre a pequena produção e as empresas. A confiança é também a principal fonte da coordenação e da governança dos núcleos. A estratégia coletiva de organização da produção por sua vez resulta das decisões coordenadas entre os produtores sobre o quê, quem e como produzir, sendo neste ponto que o agrupamento define a sua força, economizando capital por meio da busca de vantagem na compra dos insumos e nos usos de equipamentos e ferramentas. Isto resulta em vantagem na produção em geral e na eficácia da aprendizagem coletiva, considerada uma fonte de inovações e de competitividade. Contudo o sucesso dessa estratégia depende do capital social e de nada vale se não houver uma

⁵ É negócio ser pequeno, mas em grupo, texto publicado no livro Desenvolvimento em Debate, painéis do desenvolvimento brasileiro II. Org. de Ana Célia Castro, BNDES, 2002, Rio de Janeiro

estratégia coletiva coordenada, para se atingir mercados. Estes são controlados por grandes players e condicionados pela grande escala, argumenta. Daí conclui que sem uma estratégia comum fica difícil superar esses obstáculos. A articulação político institucional também deriva do capital social. É o mecanismo segundo o qual o núcleo produtivo se relaciona com as organizações públicas e privadas, responsáveis pelas políticas de apoio. Daí, ele sugere a seguinte equação: quanto maior for o capital social acumulado maior e mais eficaz será a articulação com as instituições.

Considerações Finais

Esboçamos uma interpretação alternativa do tema desenvolvimento apresentando alguns debates atuais e algumas políticas correlatas, em processo de implementação no Brasil. Esteve subjacente à nossa análise a preocupação com o resgate da sintonia da academia com os problemas de milhares de brasileiros, ao focar as possibilidades de desenvolvimento da atividade artesanal. Defendemos o papel da escala local para o desenvolvimento e tratamos da incorporação das definições de aglomerações produtivas à literatura econômica espacial e à política nacional. Tentamos não seguir o caminho que conduz os cientistas, hoje, aos resultados apenas objetivos em detrimento da reflexão sobre o valor da vida humana e daquilo que deve ser feito para o êxito do bem-estar. Reflexão de um lado e pragmatismo do outro têm conduzido a ciência ocidental à crise paradigmática á qual assistimos. Apesar de chegarmos a tal ponto, certamente ainda é tempo de voltar à preocupação em fazer leituras da realidade com o rigor filosófico necessário ao enfrentamento dos problemas como eles se apresentam e com a compreensão do poder que a ciência tem para resolver problemas. Não se trata apenas de uma ciência aplicada, mas de uma ciência compromissada em cooperar, em interagir com a dimensão cotidiana da vida para indicar, com seu vasto instrumental, as saídas para a liberdade e realização das pessoas. Vamos continuar debatendo e prescrutando as definições.

BIBLIOGRAFIA

BANCO DO BRASIL, Vitec- Vice-presidência de Tecnologia e Logística. Coleção Brasil em Arte: valores brasileiros: Contextualização do Trabalho Artesanal no Brasil. v.I

_____ Políticas Públicas para o Artesanato Brasileiro. v.II

_____ Instituto Brasil em Arte – Ibrarte: modelo indutor de parcerias. .III.

_____ Modelos de Pólos de Produção Artesanal: Projeto Piloto. v IV.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tr. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.

BRANDÃO, C. A. A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, Tese de Livre Docência, mimeo.

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática, 1989.

FERNANDES, Ana C: Da Reestruturação Cooperativa à Competição entre Cidades: Lições Urbanas sobre os Ajustes de interesses Globais e Locais no Capitalismo Contemporâneo. In: Espaço e Debates nº 41, 2001.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: ed. Loyola, 1992.

AMARAL FILHO, Jair. É negócio ser Pequeno, mas em Grupo. In: Desenvolvimento em Debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Org. de Ana Célia Castro, BNDES, 2002, Rio de Janeiro.

LIMA, Ana Luiza M de C. O Fenômeno da Economia Solidária: Reflexões em um Campo de Estudo Controverso. In: Integração. Fgvsp.br/ano 06/04.

MANCE, Euclides A. Redes de Economia Solidária e Sustentabilidade. II Fórum Nacional Mundial. Porto Alegre. 2002. Disponível em www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia: Tratado Introdutório. Série: Os Economistas São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Versão para Discussão do Grupo Interministerial, 2004.

_____ Portaria Interministerial nº 200, de 02.08.2004.

MORGAN, Kevin. The Exaggerated death of Geography: learning, proximity and territorial innovation systems. In: Journal of Economic Geography, Social Issue on "Physical and Organisation Proximity in Territorial Innovation Systems", 2004.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução: Maria Cecília França.. Editora Ática S.A, São Paulo.

SABATO, Ernesto. Homens e Engrenagens: Reflexão sobre o dinheiro, a razão e a derrocada do nosso tempo. Tradução: Janer Cristaldo. Campinas, São Paulo: Papiros, 1993.

SANTOS, Gustavo A. G, DINIZ, Eduardo J & BARBOSA, Eduardo K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. Versão Preliminar. BNDS, 2004.

SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. Tradução Sandra Lencioni. 4. Ed. São Paulo: Hucitec.

_____. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos; tradução Myrna T. Rego Viana. 2 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Economia Espacial: Críticas e Alternativas. Trad: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Ed. 10. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).

SINGER, Paul e Souza, André Ricardo de (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia).

SPOSITO, E.S. Teorias. In: Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP. p.171-193, 2004.